

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1012548-98.2017.8.26.0566
Classe - Assunto	Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução
Embargante:	Sociedade de Apoio, Humanização e Desenvolvimento de Serviço de Saúde
Embargado:	Interpress Comunicações Editoriais Ltda-epp

SOCIEDADE DE APOIO, HUMANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇO DE SAÚDE opôs embargos à execução que lhe move **INTERPRESS COMUNICAÇÕES EDITORIAIS LTDA-EPP**, alegando, em suma, ser indispensável a inclusão da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar no polo passivo da ação de execução, haja vista o convênio existente e a responsabilidade daquela autarquia federal pelo pagamento dos serviços prestados no Hospital Universitário.

Não foi atribuído efeito suspensivo aos embargos à execução.

A embargada apresentou impugnação, refutando as alegações trazidas na petição inicial.

Em réplica, a embargante insistiu nos termos dos embargos.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A embargante reconheceu que os serviços contratados foram efetivamente prestados pela embargada, sendo devido o valor cobrado na ação de execução.

O fato de ter celebrado convênio com a UFSCar não afasta sua responsabilidade pela dívida assumida em nome próprio nome, muito menos torna obrigatória a inclusão da Universidade na lide. Ressalta-se que o litisconsórcio somente será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes (art. 114 do CPC), situações que não ocorrem no presente feito.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Portanto, eventual discussão sobre a responsabilidade pelo adimplemento da obrigação deverá ser realizada em outra ação, sem que isso afete o direito da credora de perseguir seu crédito contra a pessoa que figura como sacada nas duplicatas emitidas.

A embargante assumiu obrigação cambial e por ela responde.

Diante do exposto, **rejeito os embargos** e condeno a embargante ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios dos patronos da embargada, fixados em 15% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

A execução dessas verbas, porém, fica suspensa, nos termos do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 15 de janeiro de 2018.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA